

MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA

DOCUMENTO DE JUSTIFICATIVA E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa Eletrônica – Quando Utilizar

Previsto no Art.75, incisos I e II da Lei 14.133/2021.

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

OMAp: Grupo Aéreo Naval de Manutenção

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): GANM-30

Responsável pela Demanda: 2SG PL SMITH

Telefone: (22) 2621-4113

1. Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico da OM.

Aquisição de horas de voo em simulador do EC 135/145 destinadas aos pilotos do projeto HU-12/17.

2. Quantidade de material a ser adquirido

Item 01- 34 horas de voo.

3. Descrição detalhada do item a ser adquirido.

Item 01- Horas de voo em simulador EC 135/145, conforme proposta de preço. Valor de : R\$1.900,00/h, Valor total: R\$ 64.600,00.

4. Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, Termo de Referência/Projeto Básico

A dispensa da elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, do Mapa de Riscos e do Termo de Referência na presente contratação direta fundamentada nos incisos I, II e III alínea “a” do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 justifica-se com base nos princípios da eficiência, eficácia, celeridade, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade. Como a contratação envolve valores reduzidos e baixa complexidade, a exigência desses documentos representaria um ônus administrativo desproporcional, retardando o atendimento da necessidade pública e aumentando custos burocráticos sem benefício significativo para a contratação. Além disso, a simplicidade do objeto a ser adquirido dispensa estudos aprofundados, sendo suficiente a

descrição clara da demanda da administração. A racionalização dos procedimentos evita desperdício de recursos e permite que a administração atue de forma ágil e eficaz, garantindo a melhor alocação dos meios disponíveis para suprir demandas de pequeno vulto sem comprometer a transparência e o controle. Vale destacar que, mesmo sem a obrigatoriedade desses documentos, a motivação da contratação foi devidamente formalizada no processo, assegurando a conformidade com os princípios da legalidade e moralidade.

5. As despesas decorrentes da contratação têm adequação orçamentária e financeira e correrão à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2026, no valor estimado de R\$ 64.600,00 por meio da seguinte classificação orçamentária:

- 5.1. Ação Interna S.456.04.0.0.1.13;**
- 5.2. Fonte de Recursos (FR) 3050000144;**
- 5.3. Natureza de Despesa (ND) 339039;**
- 5.4. Unidade Orçamentária (UO) 52931**
- 5.5. Programa de Trabalho (PT) 236877 e**
- 5.6. Código CATSER: 17710.**

6. Estimativa da Despesa

A estimativa da despesa tomou como base o orçamento em anexo.

Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Valor Médio Utilizado	
R\$ 1.900,00	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ 1.900,00	
			SIM	NÃO
6.1. O valor da contratação está abaixo de R\$ 62.725,59/125.451,15?			X	
6.2. Em 12 meses este item será comprado novamente?			X	
6.3. Se a resposta ao item anterior for positiva, essa nova contratação ultrapassará o valor de R\$ 62.725,59/ 125.451,15?				X

7. Parecer Jurídico

Conforme previsto no Art. 2º, da instrução Normativa AGU, de 01 de Setembro de 2021: "Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação."

8. Requisitos de Habilitação

Após a verificação no SICAF e sistemas correlatos, foi comprovado que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

9. Razão de escolha do contratado

A tentativa de aquisição do serviço iniciou-se com a publicação das dispensas eletrônicas nº 221 e 227, ambas com o mesmo valor estimado e não houve registro de proposta. Resultando em compra deserta. Com fundamento no Art. 75 inciso III alínea "a" da lei 14.133/2021, decidir-se por fazer a contratação direta com a empresa Safety Flicht Padronizações Aeronáuticas Inteligentes LTDA.

10. Justificativa do Preço

O preço apresentado encontra-se compatível com o de mercado, o qual foi orçado com uma empresa física devido a especificidade do serviço. Foi verificado que o valor encontra-se dentro da estimativa de preços da Administração.

11. Indicação do responsáveis pela fiscalização/recebimento

Gestor: Primeiro-Tenente 87.0229.15 Pedro Henrique Oliveira **Barbosa**
Fiscal Técnico: SO AV-SV 96.1138.71 **Alcebíades** Almeida Araújo Cardoso; e Fiscal
Fiscal Administrativo: 3ºSG AV-VA 10.1098.11 André **Carminate** Garcia.

Considerando os aspectos acima elencados, JUSTIFICA-SE a Contratação Direta por meio da Dispensa Eletrônica.

São Pedro da Aldeia, RJ, na data da assinatura.

 Documento assinado digitalmente
LUIZ FELIPE SANTANA SMITH
Data: 22/10/2026 09:30:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUIZ FELIPE SANTANA SMITH
Segundo-Sargento
Responsável pela Dispensa Eletrônica

Tomando como base os requisitos e pressupostos apresentados, AUTORIZO a Contratação Direta por meio da Dispensa Eletrônica.

São Pedro da Aldeia, RJ, na data da assinatura.

LUIZ CARLOS **AGUIRRE** DE SOUZA FILHO
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesas



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: formalizacao_da_dispenzaassinado.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

LUIZ CARLOS AGUIRRE DE SOUZA FILHO (CPF ***.862.017-**) em 26/10/2026 09:06:36 -0300 (BRT),

***** Cópia para verificação de assinaturas. *****